



Assembléia Geral indica nossos eixos de luta imediatos

A Assembléia Geral da Adusp, realizada no dia 23/10 no Anfiteatro da História, definiu os eixos de luta da categoria para o período imediato. No debate sobre a questão salarial, foi criticada a atitude do Cruesp de não abrir uma verdadeira negociação salarial em outubro, tal como ficava estabelecido nas negociações da data-base, em maio passado (o Fórum das Seis, que reivindicara um reajuste de 16%, aceitou que metade dessa porcentagem, 8%, fosse negociada em outubro).

O Cruesp limitou-se à convocação de uma “reunião técnica” (sem poder de negociação) para 25/10, ou seja, não haverá negociação antes do fechamento da folha de pagamentos.

A escassa mobilização atual está impedindo levar adiante uma luta salarial mais significativa. No entanto, o clima político geral permitiria pôr no tapete algumas reivindicações qualitativas, as quais poderiam levar a avanços institucionais significativos.

Concurso público

A questão dos “precários”, regime de trabalho perverso ao qual ainda estão submetidos 25% do corpo docente ativo da USP, é a primeira a enfrentar, tendo como eixo de luta a reivindicação de legalização imediata da situação dos docentes contratados nesse regime e de novas contratações somente por concurso público. Continua



Daniel Garcia

presente, do mesmo modo, a necessidade de ampliação do corpo docente da USP por meio da criação de novos cargos.

O papel da CERT, sua extinção e substituição por uma comissão eleita pelo Conselho Universitário, com funções de avaliação institucional (e não individual-punitiva), tiveram destaque no debate realizado na Assembléia de 23/10.

A questão das fundações de direito privado que operam no âmbito da USP, que já é objeto de um debate social e legislativo, também deveria ser atacada “internamente”, através do fim da “flexibilização” do RDIDP, astúcia estatutária que abriu o flanco para a desvirtuação da função docente na universidade pública. Todas estas questões deverão ser objeto de

debates, resoluções e campanha no período próximo imediato.

45º Conad

A assembléia levou em conta a necessidade de fortalecimento da entidade, votando a realização de uma campanha de filiação, que nos permita obter 300 novos sócios até março de 2003. Diante da realização do 45º Conselho Nacional de Associações Docentes do Andes-Sindicato Nacional (Conad), a Assembléia da Adusp votou a professora Lighia B. Matsushigue (IF) como representante da entidade, e os professores César Minto (Feusp) e Américo Kerr (IF) como observadores. A Assembléia Geral, portanto, marcou o caminho de luta dos docentes da USP para os próximos meses.

Importante

O fechamento desta edição ocorreu no dia 25/10. Por isso ela não traz comentários sobre o segundo turno das eleições para Presidente da República e para Governador de SP e outros Estados, que se realizaram no dia 27/10.

TJ-SP mantém experimentação de até 8 anos para docente da USP

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) por meio da qual a Adusp questiona a legalidade do período de experimentação de até oito anos, exigido na USP para docentes que ingressarem em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP).

A Adusp pleiteia o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade do artigo 6º, *caput* e §1º, da Resolução 3533/89, que determina que o docente que ingressar em RDIDP deve se submeter a um regime de experimentação de seis anos, podendo este prazo ser dilatado por mais dois anos por decisão da

Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT). O estágio probatório para os servidores públicos, segundo a Constituição Federal, deve ser cumprido no prazo de três anos.

A decisão do Tribunal de Justiça, publicada no D.O. de 1º/10, reconheceu a legitimidade da Adusp como autora da Adin, rejeitando

assim a alegação da Reitoria em sentido contrário. No mérito, contudo, a ação foi julgada improcedente. A Adusp, por entender que a decisão proferida apenas apreciou a questão tangencialmente, já interpôs recurso, visando a apreciação da matéria e a reforma da decisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Falecimento do Professor Sívio Sarti

O professor Sívio José Sarti, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, faleceu no dia 16/10/2002. O professor Sarti, que se aposentou em 1996, foi um dos organizadores da Adusp Regional de Ribeirão Preto. Participou do Conselho da FCFRP nas gestões 1988-90 e 1990-92.

O professor Sarti atuava no Laboratório de Farmacognosia e era um pesquisador conhecido nacionalmente na área de plantas medicinais. “Ele ajudou a desenvolver pesquisas relacionadas à prevenção da esquistossomose e à erradicação da mosca-dochifre”, explica o professor Fernando Batista da Costa, da FCFRP.

A Adusp Regional emitiu a seguinte nota: “A Diretoria e o Conselho de Representantes da Adusp Regional Ribeirão Preto manifestam solidariedade aos colegas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto em virtude do falecimento do professor Sívio José Sarti. Homenageamos a atuação do professor Sívio na organização da nossa Regional. Sinceras condolências.”

Nos dias 23 e 24/10 foram realizadas as eleições para a Representação Discente e para o DCE-Livre da USP Alexandre Vannucchi Leme. Das cinco chapas concorrentes — “Aliança da Juventude Revolucionária”, “Dynamai”, “Borandá”, “Oposicione-se” e “Movimento Popular” — apenas a última não disputava o DCE, tendo apenas candidatos a RD. O fechamento desta edição deu-se antes da apuração dos votos.

A chapa “Aliança da Juventude Revolucionária” define-se “independente dos grandes partidos que concorrem às eleições para Presidente” e ressalta a importância da greve da FFLCH, considerando-a “uma importante campanha de denúncia da política do atual governo Alckmin de privatizar o ensino público em São Paulo”.

A “Dynamai”, ou “δυναμοί”, também valoriza a greve da FFLCH, e afirma ser constituída a partir da unidade dos setores que atuaram na greve. Apesar de se definir como oposição à atual direção, a “Dynamai” afirma que a oposição conhecida atualmente, “Graúna”, assim como a situação, tem uma “política de conciliação com a burocracia universitária”.

Eleições para o DCE-Livre

A chapa “Borandá” insiste no papel fundamental dos centros acadêmicos no movimento estudantil, e é formada, em sua maioria, por alunos que foram ou são integrantes desses centros. Ela defende o boicote ao Provão e tem posição contrária às fundações privadas que atuam na USP.

O lema da “Oposicione-se” é “defender a universidade pública mais do que nunca”, colocando-se também contra as fundações privadas e os cursos pagos. Ela elogia a resistência demonstrada na

greve da FFLCH, e ressalta o caráter social do movimento estudantil.

O coletivo “Movimento Popular”, concorrendo somente à RD, divide sua proposta para o movimento estudantil em três teses: Desenvolvimento Social, Políticas de Ação Afirmativa e Cursos Pré-Vestibulares Populares. Considera papel dos RDs reivindicar a abertura da USP para toda a população.

A posse da chapa vencedora da eleição do DCE estava marcada para o sábado, 26/10.

Adusp Piracicaba fará debate em 13/11 entre os candidatos a Diretor da Esalq

A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) elegerá seu novo Diretor (ou Diretora) no dia 28/11. A Adusp Regional Piracicaba e o Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz” (CALQ) estão recebendo os Planos de Gestão dos candidatos a diretor até o dia 8/11, na sede regional ou pelo e-mail jisleine@adusp.org.br, para divulgá-los e para organização de um debate entre os candidatos, que será realizado no dia 13/11, no Anfiteatro do Departamento de Ciências Florestais.

Outras informações poderão ser obtidas com Jisleine Granato Meirelles, secretária da Adusp Regional Piracicaba, pelo telefone 3429-4097 ou pelo e-mail citado.

Reitoria solicita prestação de contas das fundações

O reitor Adolpho Melfi enviou aos dirigentes das fundações privadas “de apoio” a circular GR/CIRC/732, na qual solicita que seja encaminhada a seu gabinete, “impreterivelmente até o dia 22 de novembro de 2002”, a prestação de contas das respectivas entidades relativa ao ano-calendário 2001, “em meio magnético e tal como apresentada ao Ministério Público do Estado de São Paulo”.

A determinação do Reitor atende a um pedido da comissão especial por ele designada para definir as “diretrizes gerais” que nortearão a “futura discussão” do relacionamento entre a USP e as fundações privadas. Fazem parte da comissão os professores Luiz Nunes de Oliveira (presidente), Erney Plessmann, Hernan Chaimovich e Hugó Armelin.

Após constatar que a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) desenvolveu um *software* “para padronizar a elaboração dos relatórios de prestação de contas das fundações de direito privado”, a comissão solicitou ao Reitor que “providenciase a obtenção dos formulários eletrônicos preenchidos com os dados referentes ao último ano fiscal”.

Sicap

O *software* ao qual se referiu a comissão é o Sicap, ou “Sistema de Cadastro e Prestação de Contas”, disponível no endereço eletrônico www.fundata.org.br/sicap.html. O Sicap assemelha-se ao programa de Imposto de Renda da Receita Federal, no qual se inspirou, e foi desenvolvido originalmente para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, onde foi implantado já em 2000.

“Em troca do acesso a determinadas informações de caráter econômico e social das fundações de di-

reito privado”, explica em artigo o promotor Marco Túlio Coimbra da Silva, de Belo Horizonte, “sempre se preservando o anonimato das mesmas e com objetivo estritamente acadêmico, a Fipe dispôs-se a desenvolver, inicialmente para o Ministério Público de Minas Gerais, um sistema eletrônico de prestação de contas das fundações de direito privado que lhe possibilitasse o efetivo conhecimento dos mais diversos dados financeiros, contábeis, administrativos e sociais”.

Posteriormente, os ministérios públicos de vários Estados, inclusive o de São Paulo, fizeram convênio do mesmo teor com a Fipe. No caso paulista, a Procuradoria Geral de Justiça baixou o Ato Normativo nº 257-PGJ, de 23/5/01, o qual “Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, o Banco de Dados de Fundações, e dá outras providências”.

O documento faz referência ao “convênio de cooperação científica e tecnológica” celebrado em 19/4/2001 entre a Procuradoria Geral de Justiça e a Fipe, o qual prevê, mediante a adoção do Sicap, “o fornecimento de subsídios técnicos indispensáveis ao desempenho das funções dos Promotores de Justiça” no acompanhamento das atividades das fundações.

Repases

O Sicap foi preparado para cadastrar fundações em geral. Ele sistematiza a coleta de informações importantes, tais como a existência ou não de registro e credenciamento da instituição (por exemplo: credenciamento no MEC, certificado de organização social-Oscip, certificado de filantropia), isenção ou pagamento de impostos, dados orçamentários, financiamento ou não da institui-

ção por recursos públicos, indicadores sociais (taxas e contribuições recolhidas, segurança no trabalho, folha de pagamento) etc.

Informações mais específicas, embora importantes para a fiscalização das fundações “de apoio”, como as relativas aos repasses realizados às instituições de ensino “apoiadas”, não são requeridas pelas fichas do programa. Assim, na ficha Despesas, da pasta Demonstrativos Financeiros, consta apenas, no sub-item Despesas Gerais e Administrativas, a rubrica “Repases Diversos”.

Um outro sub-item da mesma pasta, Serviços Contratados, normalmente denominado “serviços de terceiros” e que costuma ser a ponte para a apropriação privada dos recursos captados pelas fundações privadas “de apoio”, traz as rubricas “Recursos Humanos Externos - Pessoa Física”, “Recursos Humanos Externos - Pessoa Jurídica”, “INSS sobre serviços prestados por terceiros” e “Outras despesas com serviços contratados”, sem pedir informações adicionais sobre os “terceiros” ou sobre a natureza dos serviços prestados.

Há outra seção em que a informação solicitada é meramente indicativa. Na ficha Ética e Responsabilidade Social, da pasta Questionários, a instituição deve responder às seguintes perguntas, entre outras: “apóia o desenvolvimento da comunidade onde atua?”, “dá transparência de suas atividades à sociedade ou à comunidade onde atua?”, “publica ou divulga seu balanço social?”, “aplica os recursos disponíveis exclusivamente em sua missão?”. Caso a resposta seja “sim”, não se abre um campo no programa para que a afirmação seja comprovada.

Fundata

De acordo com o site do “Centro de Estudos de Fundações de Direito Privado e Entidades de Interesse Social” (Cefeis), criado pela Fipe em 2000, o Fundata “é o Banco de Dados das Fundações de Direito Privado e Entidades de Interesse Social que prestaram contas aos Ministérios Públicos dos Estados conveniados, utilizando-se do Sicap”.

Esse texto explica que, com base na “transferência anônima dos dados” coletados pelo Sicap, a Fipe criou o Fundata, “que oferece subsídios para inúmeras pesquisas com a finalidade de se estudar as Fundações de Direito Privado, as Entidades de Interesse Social, as instituições sem fins lucrativos e o Terceiro Setor”.

No *software* preparado pela Fipe lê-se, na ficha “Divulgação das Informações da Instituição”, a seguinte pergunta: “Esta instituição **autoriza** a inclusão das informações indicadas no quadro acima em um banco de dados que estará disponível na Internet?”

Apesar dessa afirmação categórica, nem o site do Cefeis, nem o da Fipe permite acesso ao Fundata. Eduardo Marcondes Filinto da Silva, um dos coordenadores do Fundata, afirma que o banco de dados não está disponível porque o convênio com o Ministério Público Estadual só permite que os dados sejam utilizados para fins acadêmicos.

No entanto, o Manual de Operação do Sicap, que traz o timbre daquele órgão, afirma claramente na página 95, referindo-se a determinados dados constantes das fichas Cadastro, Instituição e Finalidade: “O objetivo de selecionar tais informações é possibilitar a criação de um banco de dados disponibilizado na Internet, para consulta aberta.”

Diretrizes orçamentárias da USP, um debate necessário

No dia 17/12 serão votadas as diretrizes orçamentárias da USP para 2003. Como subsídio para as discussões do tema, publicamos abaixo a “Proposta de Debate sobre as Diretrizes Orçamentárias da USP”, aprovada no VII Congresso dos Estudantes da USP, e apresentada por José Menezes Gomes, representante discente da pós-graduação na Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), na última reunião deste órgão, em 14/10.

O ponto central da proposta é a solicitação de que seja retirado das diretrizes orçamentárias de 2003 o item 3.1.2, “Adicional de Desempenho Acadêmico”, que define critérios para a destinação de uma parcela de 20% da verba destinada a “Outros Custeios e Investimentos”.

Esta última corresponde a 15% do orçamento total da USP (em números redondos, cerca de R\$ 300 milhões, de um total de R\$ 2 bilhões). Assim, o item 3.1.2 representa 3% do orçamento, o equivalente portanto a cerca de R\$ 60 milhões.

As diretrizes atuais beneficiam as unidades que oferecem maior número de cursos pagos, contempladas com maiores recursos. A COP rejeitou a proposta, alegando considerar “mais adequada a diretriz adotada no exercício anterior”, como informa na “Proposta Preliminar” aprovada em 14/10.

“Quando se discute o orçamento da USP estamos, é claro, discutindo uma concepção de universidade. Isso fica bem claro quando analisamos as diretrizes orçamentárias: nelas está a concepção de uma universidade voltada para o mercado, tendo nas fundações privadas e nos cursos pagos as vantagens para recebimento de verbas de parte do item ‘outros custeios e investimentos’. O caráter produtivista na determinação de parte desta verba é bem evidente”, afirma Menezes.

A proposta

“Na distribuição de recursos no orçamento da USP temos 85% para *pessoal e encargos* e 15% para *outros custeios e investimentos*. Nossa intervenção neste momento refere-se somente aos 15% de *outros custeios e investimentos*. Os recursos de outros investimentos são alocados por meio de dotações específicas nos orçamentos de cada Unidade e dotações de caráter geral.

As alocações específicas incluem a *Dotação Básica* complementada pelos *adicionais de Desempenho Acadêmico*, *Manutenção predial*, etc. A *Dotação Básica* (3.1) corresponde à parcela principal da rubrica *Outros Custeios e Investimentos* para cada Unidade. Ela é distribuída às Unidades com base nas atividades de ensino (por que não inclui pesquisa e extensão?) de graduação e de pós-graduação, ponderadas, respectivamente, 60% e 40%.

Já o item *Adicional de Desempenho Acadêmico* (3.1.2) corresponde a 20% da *Dotação Básica Global* que é distribuído entre as Unidades, adotando-se os seguintes indicadores e fatores de ponderação:

a) Em relação aos cursos de graduação – Fator de participação relativa = 15

b) Em relação aos Cursos de Pós-graduação – Fator de participação relativa = 20 , Fator de participação = 20

c) Produção científica da Unidade por Docente – Fator de participação = 10

d) Avaliação externa, representada pela participação relativa da Unidade nas concessões de agências financiadoras externas à USP – Fator de participação relativa = 10

e) Atividades de Extensão Universitária, representadas pela relação entre o número de cursos de Especialização, com peso 3; de Aperfeiçoa-

mento, com peso 2; e de Difusão, Cultura e outros cursos de Extensão, com peso 1, ministrados por docentes da Unidade e o número de docentes da Unidade – Fator de participação relativa = 15 (no ano de 2001 este fator era 10 e foi elevado para 15, justamente porque favorecia as unidades que mais atuam com os cursos pagos, mais próximas das fundações.)

Questionamento

Considerando que 20% da *dotação básica global* acabam sendo alocados de acordo com Desempenho acadêmico, sendo que os critérios desta avaliação estão em questionamento (vide as alterações aprovadas recentemente no CO);

Considerando que este tipo de alocação pode representar uma forma de punição a unidades que apresentam características e problemas específicos, que longe de se buscar a solução, cria-se um círculo vicioso, onde a Unidade com menor avaliação receberá menos recursos, o que num momento seguinte poderá ampliar o problema existente (a FFLCH, por exemplo, considerando o problema enfrentado com a falta de professores, acaba requerendo tempo mais longo para a conclusão na graduação e pós-graduação, que, por sua vez, resulta em prejuízo no momento seguinte de liberação);

Considerando que entre os fatores de ponderação, as atividades de Extensão Universitária (item E) não só entram no cálculo como têm fator de ponderação relativa igual a 15, este fato privilegia Unidades que tiveram mais destaque na priorização desta finalidade e acaba por destinar mais recursos para as unidades que menos atuaram no ensino (é bom lembrar que extensão universitária na USP, hoje, é marcada pela realização de inúmeros cursos pagos, motivos de grandes polêmicas, inclusive decisão de Conselho de Pós-graduação de suspendê-los até que se estabeleça o que pós-graduação na USP);

Solicitamos nesta COP que seja retirado das diretrizes orçamentárias de 2003 o item 3.1.2, “Adicional de Desempenho Acadêmico”, permitindo que estes 20% voltem para a *Dotação Básica Global* dentro dos critérios a ela inerente.

Esta solicitação se faz no entendimento de que o item 3.1.2 caracteriza-se atualmente como dotação por tarefa, parecido ao aplicado no governo Roseana Sarney, no Maranhão, onde as escolas públicas recebem verbas de acordo com princípios semelhantes aos praticadas na USP.

Tal princípio também está presente na remuneração por tarefa existente nas Universidades Federais.”

Workshop sobre cursos pagos é adiado

O *workshop* sobre cursos pagos organizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que deveria ocorrer no dia 30/10, foi adiado para o final de novembro. A data provável é 27/11. A Pró-Reitoria afirma que ainda não foi definido um formato para o evento.

A Associação dos Pós-Graduandos (APG) se opõe à realização do *workshop* na sala do Conselho Universitário, possibilidade que teria sido levantada.